

DEMOCRACIA GANHA FORÇA NAS ALDEIAS DO PARANÁ

Os índios paranaenses conquistaram definitivamente a democracia: escolhem seus caciques pelo voto direto, destituem aqueles que não atendem os anseios da comunidade e debatem abertamente seus destinos. Mas tudo isso ainda não é suficiente para que consigam vencer seu maior desafio: o da sobrevivência

Edinelson Alves — Da Editora de Paraná

Foi-se o tempo em que o velho cacique Touro Sentado ficava tranquilo em sua tenda manipulando tudo, de acordo com seus interesses, sem dar satisfação à tribo, e escolhendo bionicamente o seu sucessor. As regras da aldeia mudaram: o cacique passou a ser escolhido através de eleições diretas, e se não tiver um bom desempenho, é cassado sumariamente pela comunidade indígena.

Em cinco dias o cacique Luiz Amaral foi julgado e cassado pela sua tribo, na Reserva São Jerônimo. Motivo: mau comportamento. Eleito cacique no ano passado, meses depois foi flagrado num bar, em São Jerônimo da Serra, juntamente com um grupo de índios e índias tomando cerveja e pinga. Durante assembleia, Amaral foi cassado por unanimidade.

“Como cacique ele tinha autoridade para denunciar e pedir o fechamento do bar por vender pinga para os índios. Só que, em vez do exemplo, ele estava era bebendo junto, o que não pode ser perdoado” — diz Nelson Vargas, presidente do Conselho Indígena do Paraná. Com a cassação do cacique foram trocados todos os seus conselheiros, e mais uma vez, através do voto, a democracia foi exercitada.

Uma outra vítima da séria política da aldeia foi o cacique João Maria Cândido, da Reserva Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra. A sua gestão foi relâmpago e curiosa: ele ficou apenas uma semana à frente da tribo e pediu afastamento por não suportar a pressão do cargo e as muitas reivindicações dos índios.

Francelino Daka, da Reserva São Jerônimo, também não se deu bem como chefe. Apesar do amplo apoio que recebeu para a sua eleição, ao assumir a direção da tribo ele foi reprovado pela falta de empenho. Eleito para 4 anos, o seu mandato acabou no 4º mês. “Ele não tinha noção de que o cacique é o administrador de tudo e precisa reivindicar junto à Funai e à Prefeitura o direito do índio” — explicou o presidente do Conselho Indígena, justificando que Francelino “não fazia nada errado, mas também não se empenhava”.

Uma das substituições de caciques das mais traumáticas aconteceu na Reserva Apucarantina, em Londrina. José Bonifácio era o cacique, e mesmo eleito pelo voto, não conseguiu o apoio de todos para administrar. A tribo ficou dividida, e havia até o perigo de um confronto armado, tal era o estado de animosidade entre as duas alas do Apucarantina.

“Fui chamado às pressas para intervir, pois havia risco de morte. Começamos a reunião às 4 horas da tarde e às 5 da manhã ainda não tínhamos definido nada. Suspendemos e às 9 da manhã retomamos. Chegamos à conclusão que só com o afastamento do cacique a paz voltaria à reserva. Como havia até risco de morte, Bonifácio entendeu a gravidade da situação e concordou em se afastar” — contou Nelson Vargas.

O próximo cacique tinha uma missão difícil pela frente: acalmar as duas alas da tribo que estavam em pé-de-guerra. Quatro candidatos disputaram a eleição. O vencedor, com 54 votos, foi Natalino Marcolino, então com 21 anos, um dos mais jovens caciques do País. O ex-tratorista e agora motorista do único caminhão da reserva vem se dando bem: uniu os índios e ganhou o respeito dos mais velhos.

Sem nenhuma linhagem com os antigos caciques que eram nomeados bionicamente, Marcolino nem sonhava que um dia se tornaria o líder dos Kaingang da reserva Apucarantina. Vestindo jeans, camisa pólo e bota, o novo cacique gosta de música sertaneja e de dançar nos bailes de fim de semana da reserva. Confessa que detesta novelas na TV e índio que conversa com índio em português.

Mesmo ganhando apenas como motorista, pouco mais de um salário mínimo, o cacique é o prefeito, o delegado e o juiz dos 598 índios do Apucarantina que vivem numa área de 2.600 alqueires, a 78 quilômetros do centro de Londrina. Durante dois dias dessa semana, junto com outros caciques e lideranças indígenas da região, Marcolino discutiu na sede da Funai as prioridades para este ano.

Ele pediu maior apoio para a agricultura, um veículo para transportar os doentes e a construção de 120 casas populares para diminuir o déficit na sua Reserva. No Apucarantina, como em outras áreas, a comunidade tem escola, posto de saúde, 2 tratores, um caminhão, telefone e até uma delegacia. O fato curioso é que ali também existe uma associação de moradores.

O presidente dessa entidade é Pedro de Almeida. Perguntado como é a experiência da Associação de Moradores na aldeia e os resultados obtidos em mais de um ano de criação, Pedro, ao contrário dos nossos políticos, não faz nenhuma cerimônia para dizer: “A associação não funciona porque nenhum dos nossos pedidos foram atendidos” — diz o presidente.

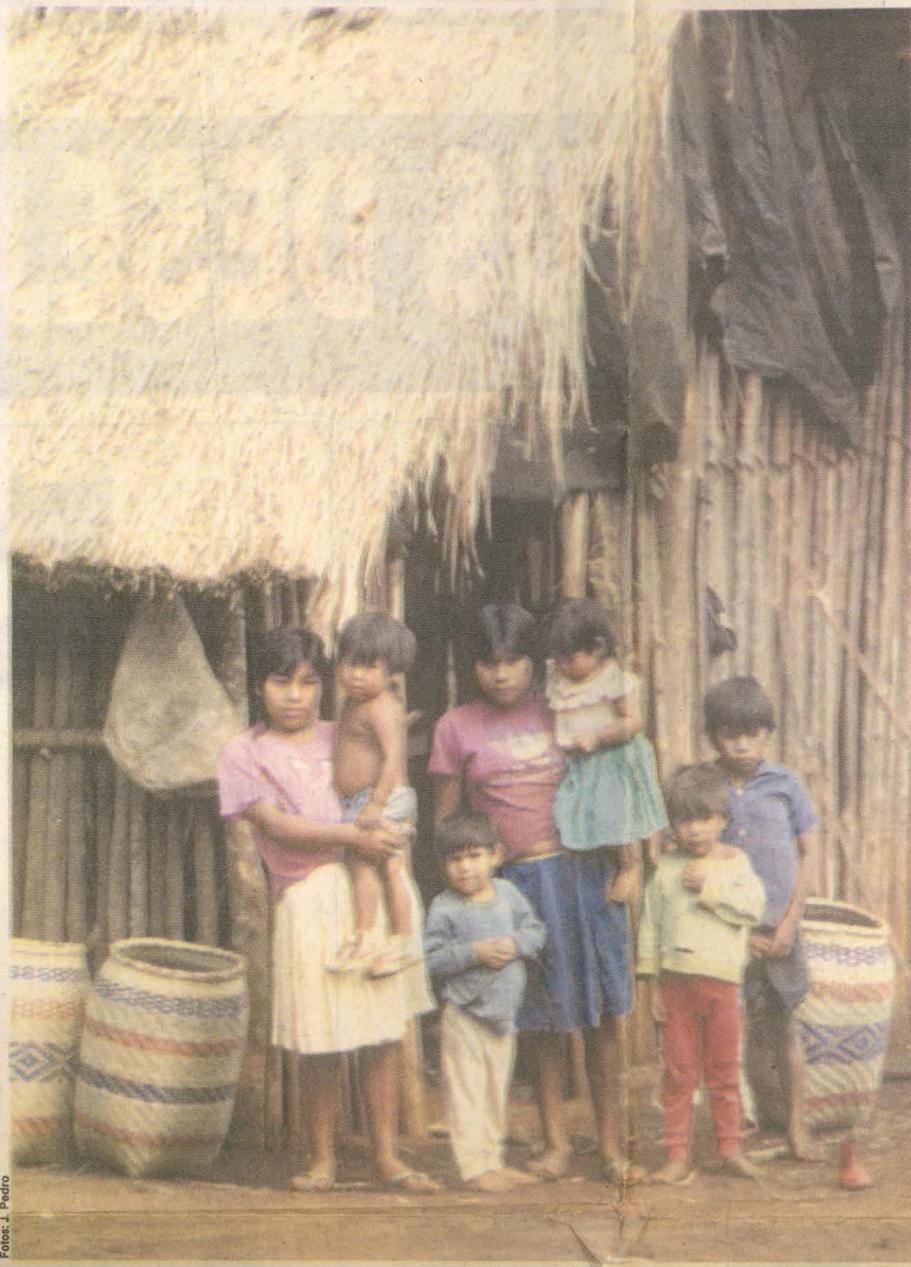


Foto: J. Pedro

A casa de sapé, os baiaios e os pequenos Kaingangs: uma nova geração que cresce em meio as grandes transformações nas aldeias

É essa sinceridade de índio que faz a estrutura interna funcionar, pois ali as leis são cumpridas. O maior exemplo é a polícia. Existe o chefe, uma espécie de delegado, o sargento, o cabo e mais 12 soldados. Qualquer anormalidade eles agem com rigor. O infrator é preso na rústica cadeia com duas solitárias, sem nenhuma chance de fugir.

O chefe de polícia é Felício Pereira, que há 5 meses está no cargo. E pelos números, ele não brinca em serviço: mais de 20 índios foram presos nesse curto período e os motivos foram os mais variados, desde brigas, bebedeiras até intrigas entre casais. Felício fala que quando é preciso “damos umas pancadas nos indisciplinados. E assim que mantêm o respeito”.

Para o chefe da polícia, o que nunca pode haver é proteção de ninguém: “Quem errou tem que ser punido, senão a polícia perde o respeito”. Ele conta com a maior naturalidade que já prendeu, por duas vezes, o seu próprio irmão que, embriagado, provocava algazarras. “Prendemos e ainda demos uns empurrões nele para aprender o respeito” — diz o chefe.

Os dias de prisão variam de acordo com a gravidade da pena. Qualquer envolvimento de família como traição, sedução e outras práticas semelhantes são classificadas como penas graves. E o que apontar algum tipo de arma para os soldados gan-

do estiver sendo preso, é entregue à Polícia Civil para cumprir prisão de 3 a 4 dias na cidade.

O chefe da polícia conta que, há 4 meses, o índio Ari, casado e pai de 3 filhos, abandonou sua casa e fugiu para Londrina com uma moça da tribo. Dois dias depois ele foi detido pelos soldados da Reserva, levou uma pisa como corretivo e ficou preso por 2 dias. “Quando saiu da prisão, Ari voltou para a mulher e os filhos, a moça ficou sozinha e se estragou por conta” — diz Felício.

Mas a lei da selva já foi mais severa. O antigo SPI — Serviço de Proteção ao Índio criou a figura do capitão. Junto com seus soldados ele andava fardado para se diferenciar dos demais índios. O infrator pagava caro pelas suas faltas: era amarrado no tronco da árvore e ali passava dia e noite entre uma sessão de

espancamento e outra.

Quem se lembra desse tempo é o atual cacique da Reserva Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, João Maria Rodrigues, o Tapixi. Aos 50 anos, ele conta que todas as mudanças, com a perda das tradições dos antepassados, começaram a ocorrer depois que os índios se aproximaram dos brancos.

Para Tapixi, daí também derivou as eleições diretas para cacique. “Os índios mais jovens não aceitavam as imposições dos antigos caciques. Conhecendo as cidades, eles queriam mudanças. Foi com isso que surgiram as eleições: o eleito sempre conta com o voto da maioria e é um líder que tem representatividade. Ai os jovens ganharam espaço pois sabiam falar bem com os brancos, enquanto os velhos aprenderam o português.”

Até na religião as reservas da região se parecem com o que hoje ocorre nas cidades: a disputa entre católicos e evangélicos pelos fiéis. Na reserva de Laranjinha, em Santa Amélia, mais de 50% dos 170 índios são protestantes, inclusive o cacique Bertolino Rodrigues foi batizado nas águas há um ano. “Antes não tínhamos nenhuma doutrina para seguir, e com a religião nos libertamos dos vícios como pinga e cigarro” — explica.

Com a conversão, Bertolino também deixou o baile e os jogos de futebol e pensa até em abrir na reserva uma casa de oração. Mas o cacique se diz atordoado com o primeiro caso de AIDS registrado em sua reserva: “Foi uma coisa estranha que assustou a todos. Nunca pensei que esse mal fosse chegar na nossa reserva” — diz Bertolino.

Também na reserva São Jerô-

nimo existem evangélicos. Um deles é Carlos Cabrera. Ele veio de Dourados (MT) e conta que estava desenganado dos médicos com problemas no sangue e pulmão. “Por mais de um ano fiquei de cama esperando a morte. Mas uma missionária me falou do poder de Deus. Eu aceitei aquela palavra pela fé e fui curado” — diz Carlos.

Dentro desse clima de democracia nas reservas, os caciques explicam que cada índio tem liberdade para definir por sua religião. Mas em algumas questões de interesse comunitário eles tomam posição em conjunto. Foi o que ocorreu durante o plebiscito para emancipação do distrito de Tamarana. “Votamos tudo contra” — diz o cacique Marcolino.

Mas essa incorporação melhorou o nível de vida dos índios?

Todos os caciques dizem que não. E o administrador da regional da Funai de Londrina, Vladimir Antonio da Silva, concorda: “Os índios do Norte do Paraná foram violentados, nesses 40 anos, pela rápida colonização e não tiveram tempo e nem chances de se preparar para essas mudanças”.

Para Tapixi, a televisão é um grande mal para o índio, principalmente porque eles só assistem novelas. “Assistem tudo aquilo sem ter educação para entender as coisas. Vê as coisas boas, sabe que elas existem, mas não tem dinheiro para comprá-las. Isso causa no índio uma frustração enorme. Muitos se perdem de tanto ter desejos.”

A emoção toma conta de Nelson Vargas, o presidente do Conselho Indígena do Paraná, quando começa a comparar o ontem e o hoje dos índios da região. Recorda da fartura das caçadas com a armadilha do mundé colocada nas trilhas batidas da mata para pegar paca, tatu, quati e cateto. Das noites de pescarias quando o parís era fechado com muitos quilos de peixes. Do milho preto amassado no pilão, que tanta energia dava para as crianças.

Nelson, que já desceu a rampa com Cllor, irá a Brasília no início de abril denunciar a miséria da aldeia que obriga dezenas de índios da região a trabalharem como bóias-frias nas usinas do Mato Grosso do Sul. Com ele irão os caciques da região, conscientes da importância do fortalecimento da democracia nas aldeias para que juntos possam travar a mais difícil batalha: a da sobrevivência.



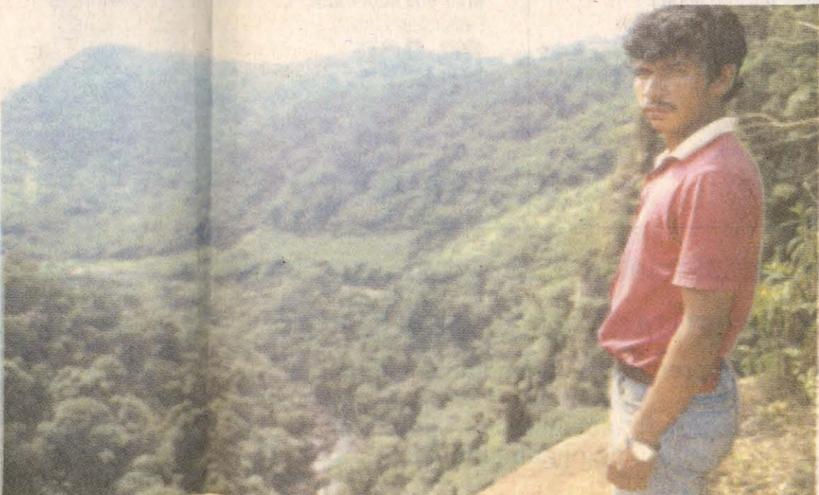
Nelson Vargas, presidente do Conselho Indígena, é fiscal da democracia



Escolhendo os caciques, os índios cada vez mais exigem os seus direitos



Os caciques vão a Brasília: unidos na luta pela sobrevivência das tribos



Natalino administra uma área de 2.600 alqueires e lidera 598 índios